



LEI Nº 298/2000, DE 12 DE JUNHO DE 2000.

EMENTA - Autoriza o chefe do poder Executivo a doar terreno a Empresa INDUSTRIAL TERRA PRETA LTDA.

O Prefeito Municipal de Horizonte, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a doar terreno de propriedade do Governo Municipal de Horizonte situado no Distrito Industrial à empresa INDUSTRIAL TERRA PRETA LTDA., inscrita no C.G.C.: 02.057.704/0002-07.

Art. 2° - A área doada será de 2.500,00 m2 (dois mil e quinhentos metros quadrados), para construção de uma indústria destinada à fabricação de produtos químicos (fungicidas), e tem como limites:

AO NORTE: por onde mede 50,00 m (cinquenta metros) com terreno de propriedade da CODITUR.

AO SUL: por onde mede 50,00 m (cinquenta metros) com a Avenida de Penetração Principal.

A LESTE: por onde mede 50,00 m (cinquenta metros) com a Rua de Ligação.

A OESTE: por onde mede 50,00 m (cinquenta metros) com a indústria ITAL DIAMANTES.

Aven da Presidente Castelo Branco, 1782 - Centro - BR 116 - Km 40 - Fax: (85) 336.1355 / 336.1344 PABX (85) 336.1200/336.1210 / 336.1099 / 336.2143 / 336.1909 / 336.2119 - C.G.C. 23.555.196/0001-86 Cep.: 62.880-000 - Horizonte - Ceará





Art. 3º - O imóvel ora doado não poderá ser negociado sem a prévia autorização do Poder Público Municipal, assim como não poderá ter alienação fundiária ou piquorática por um período de 10 anos, a fim de que se resguarde a finalidade industrial da área.

Parágrafo Único – Da proibição de que trata o capítulo deste artigo, não se aplica a Instituições Públicas financeiras que financiem e/ou apoiem o empreendimento a que se destina o imóvel de que trata esta Lei.

Art. 4º - A empresa ficará isenta de IPTU por ocasião de sua instalação e por um período de 5 (cinco) anos, contados do exercício em que iniciar suas atividades.

Art. 5º - Fica determinado que se os trabalhos de implantação da Indústria não forem iniciados dentro de 01 (um) ano, a contar da publicação desta Lei, fica o Município com o direito de retomada do imóvel acima caracterizado, preservando assim o patrimônio municipal.

Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE, 12 de Junho de 2000.

JOSÉ ROCHA NETO PREFEITO MUNICIPAL